



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

BÁRBARA BRENDA DE OLIVEIRA NISHIGAWA

**MULTICULTURALISMO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO
ÉTNICO-RACIAL**

ARIQUEMES-RO

2017

BÁRBARA BRENDA DE OLIVEIRA NISHIGAWA

**MULTICULTURALISMO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO
ÉTNICO-RACIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Rondônia – UNIR, para
obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.
sob orientação da Profª. M.e Márcia Ângela Patrícia.

ARIQUEMES-RO

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

N722m Nishigawa, Bárbara Brenda de Oliveira.

Multiculturalismo na perspectiva da inclusão étnico-racial / Bárbara Brenda de Oliveira Nishigawa. -- Ariquemes, RO, 2017.

56 f.

Orientador(a): Prof.^a Ma. Márcia Ângela Patrícia

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Multiculturalismo. 2. Educação. 3. Étnico-racial. I. Patrícia, Márcia Ângela. II. Título.

CDU 37.014.53



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES**

Criado pela Resolução 006/CONSUN, de 16 de maio de 2007
Av. Tiradentes Neves, 3450 - Centro/Ariquemes-RO / Cep: 76.872-648
Fone/Fax: (66) 3535-3553/ E-mail: campusariques@unir.br

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED

Barbara Brenda de Oliveira Nishigawa

MULTICULTURALISMO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Banca Examinadora


Orientadora: Prof. M.e. Márcia Ângela Patrícia – DECED/UNIR


Membro: Prof. M.e. Eliete Zanclato – DECED/UNIR


Membro: Prof. M.e. Hugo Athanasios Fotopoulos – DECED/UNIR

Ariquemes-RO, 21 de julho de 2017

A minha mãe Maria Ciraneide.

Ao meu pai Milton Nishigawa.

E ao meu irmão Ygor Nicolás.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a DEUS, por ter permitido que mais essa etapa da minha vida pudesse se concretizar, mesmo diante das dificuldades enfrentadas no decorrer desta trajetória.

A minha orientadora Prof^a. M.e Márcia Ângelo Patrícia pela dedicação e atenção para o efetivo desenvolvimento deste trabalho, assim como a credibilidade a mim depositada.

A minha família que esteve comigo durante toda essa jornada e soube entender e apoiar nos momentos de dificuldades.

Aos amigos conquistados durante o curso e que levarei para a vida, pelos momentos de diversão, descontração e principalmente pelo incentivo.

A todos os professores do curso de Pedagogia do campus UNIR - Ariquemes, que contribuíram de forma significativa ao repassar um pouco de todo seu conhecimento que foi essencial para a conclusão deste curso.

OBRIGADA!!!

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar”. Nelson Mandela.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DECED- Departamento de Ciências da Educação

UNIR- Universidade Federal de Rondônia

RO- Rondônia

MEC- Ministério da Educação

DCNEIs- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LBD- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

CP- Conselho Pleno

CNE- Conselho Nacional de Educação

ECA- Estatuto da Criança e Adolescente

PCNs- Parâmetros Curriculares Nacionais

ONGs- Organização das Nações Unidas

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Dados pessoais e profissionais das professoras.....	35
Quadro 2 : Dados pessoais e profissionais da Coordenadora Pedagógica.....	41
Quadro 3: Dados pessoais e profissionais da Diretora.....	44

RESUMO

Apesar de não ter data precisa de origem, o Multiculturalismo nasce em meio a um embate de lutas raciais se pretendia a universalização de uma cultura dominante, desconsiderando a identidade das minorias no caso aqui citado os costumes e tradições da etnia negra. Com base na definição de Multiculturalismo crítico, McLaren (1997), defende que deve ser trabalhado de forma política nas escolas, buscando a extinção de qualquer forma de discriminação racial. A escola enquanto espaço de formação deve trabalhar na perspectiva de Educação multicultural, partindo da elaboração de um currículo que será o documento responsável por nortear as práticas pedagógicas dos professores, contemplando assim em sua estrutura o ensino da História da Cultura Africana garantido em lei e transmitindo aos alunos as heranças culturais desse povo, que estão muito presentes em nossa história, sejam nas músicas, culinárias, brincadeiras. Com isso, será possível desvincular essa seleção de conteúdos ocultos ainda presentes nos currículos, cabendo a instituição a obrigação de fornecer programas de formações continuadas para que os professores estejam aptos a trabalhar em sala de aula. A pesquisa teve como objetivo: Analisar como está sendo trabalhado o Multiculturalismo na perspectiva da inclusão Étnico-Racial numa escola de Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, sendo esta dividida em duas fases, a primeira destinada à pesquisa bibliográfica e a segunda em uma pesquisa de campo. Na busca de dados que respondessem a indagação investigada foi utilizada uma entrevista semiestruturada. A pesquisa teve como sujeitos 1 diretora, 1 coordenadora pedagógica e 3 professoras. A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2017, tendo como lócus 1 Centro de Educação Infantil do Município de Ariquemes-RO. Pode comprovar-se com base nas respostas dadas pelas entrevistadas apenas um conhecimento superficial do termo multiculturalismo contrariando o que está imposto em Lei.

Palavras-Chave: Multiculturalismo, Currículo, Educação Étnico-racial.

ABSTRACT

Although there is no precise date of origin, Multiculturalism is born in the midst of a clash of racial struggles if it was intended to universalize a dominant culture, disregarding the identity of minorities in the case here cited the customs and traditions of the black ethnic group. Based on the definition of critical multiculturalism, McLaren (1997) argues that it must be politically worked in schools, seeking the extinction of any form of racial discrimination. The school as a training space must work in the perspective of multicultural education, starting from the elaboration of a curriculum that will be the document responsible for guiding the pedagogical practices of teachers, thus contemplating in its structure the teaching of the History of African Culture guaranteed by law and transmitting To the students the cultural heritages of this people, which are very present in our history, be it music, cooking, games. Thus, it will be possible to unlink this selection of hidden content still present in the curricula, with the institution being obliged to provide continuing education programs so that teachers are able to work in the classroom. The aim of the research was: To analyze how Multiculturalism is being worked on in the perspective of Ethnic-Racial inclusion in a School of Early Childhood Education. This is a descriptive qualitative research, which is divided into two phases, the first for bibliographic research and the second for field research. In the search for data that answered the inquiry investigated a semi-structured interview was used. The research had as subjects 1 director, 1 pedagogical coordinator and 3 teachers. The research was carried out in the first half of 2017, with 1 childcare center located in the municipality of Ariquemes-RO. It can be proved based on the answers given by the interviewees only a superficial knowledge of the term multiculturalism contrary to what is imposed in Law.

Keywords: Multiculturalism, Curriculum, Education Ethnic-racial.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 PROPOSIÇÕES SOBRE O MULTICULTURALISMO.....	14
2.2 IDEOLOGIAS PREDOMINANTES NO CURRÍCULO	18
2.3 MARCOS LEGAIS.....	21
2.4 FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA DO MULTICULTURALISMO.....	26
3. DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	31
3.1 MOTIVAÇÃO.....	31
3.2 PROBLEMATIZAÇÃO	32
3.3 OBJETIVOS	32
3.4 ASPECTOS METODOLÓGICOS	32
3.4.1 Tipo de pesquisa.....	32
3.4.2 Fases da pesquisa.	33
3.5 INSTRUMENTOS UTILIZADOS.	34
3.6 SUJEITOS DA PESQUISA.	34
3.7 LÓCUS DA PESQUISA.....	34
4. MULTICULTURALISMO: NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL: ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS.....	35
4.1 DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS DAS PROFESSORAS	35
4.1.1 Na pesquisa com a coordenadora pedagógica.....	41
4.1.2 Na Pesquisa com a diretora.....	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICES.....	51

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo foi pensado a partir da experiência vivida na observação e regência possibilitada pela disciplina de Estágio Supervisionado I, realizada em um Centro Municipal de Educação Infantil de Ariquemes-RO. Devido à data de realização de regência coincidir com a semana da Consciência Negra, a pedido da coordenação pedagógica da Instituição de ensino foi trabalhado o tema com as crianças, surgindo assim à curiosidade e necessidade de saber como a referida temática é trabalhada em sala de aula durante o ano letivo.

O termo multiculturalismo tem se tornado uma preocupação de educadores nos últimos anos, devido à pluralidade cultural existente no espaço físico da escola, e em consequência disso o MEC tem se preocupado cada vez mais em desenvolver práticas promotoras de igualdade, com a intenção de extinguir qualquer tipo de preconceito e discriminação contra a raça negra, que ainda hoje, depois de anos do período de escravidão, ainda tem sua imagem associada à escravatura do período colonial.

Uma das possíveis soluções seria a de se pensar numa proposta de educação multicultural, rompendo com a noção de etnocentrismo ainda incumbida nos currículos escolares, que tende a privilegiar a cultura dos brancos que é dita como dominante e influenciada pelo sistema capitalista. Nessa perspectiva, a escola passaria a reconhecer a diversidade presente em seu interior, trabalhando em conjunto com todos os membros da instituição em busca de uma sociedade igualitária que reconheça e respeite os valores herdados pela Cultura Africana.

Nesse sentido visando à concretização da teoria na prática a escola deveria adotar a formulação de um currículo multicultural que aborde em sua estrutura toda trajetória de lutas dos povos africanos, transmitindo toda a sua riqueza cultural às crianças. Trabalhando inclusive a autoimagem da criança negra que desde seu nascimento carrega marcas de um passado sofrido, a que se pensar ainda na disponibilização de um programa de formação de professores voltado para a temática em questão, já que os educadores são os responsáveis em transmitir as informações e aplicar as práticas estabelecidas no currículo, sendo que sua metodologia é fundamental nessa busca por uma sociedade igualitária.

Dessa forma o presente estudo teve por objetivo analisar de que forma o multiculturalismo, na perspectiva da inclusão étnico-racial, vem sendo trabalhado com as crianças de uma escola de Educação Infantil do município de Ariquemes-RO. Segue a estrutura de uma pesquisa qualitativa descritiva dividida em duas fases: o estudo bibliográfico

e posteriormente a pesquisa de campo, sendo esta amparada em diferentes teorias e sistematizada nas seguintes sessões: a primeira trata as proposições do termo multiculturalismo na visão de diferentes autores, as ideologias presentes no currículo escolar, as conquistas garantidas em leis e as propostas de formação de professores seguindo uma metodologia multicultural, tendo como fonte obras de autores que abordam a temática estudada, dentre eles: Moreira (2001), Pereira (2004), McLaren (1997), Apple (2006), Canen, Pereli (2011), Severino (2008), Silva, Aparecida, Pereira (2012), Silva (2010), Aquino (1998), Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), Decreto-Lei nº 8069, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História de Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004).

Durante a pesquisa de campo foi utilizado um questionário para a coleta de dados pessoais e profissionais dos sujeitos entrevistados, sendo 3 professoras, 1 coordenadora e 1 diretora, assim como o uso de uma entrevista semiestruturada gravada com a autorização de ambas as partes. A pesquisa ocorreu no mês de junho de 2017, tendo como lócus uma escola de Educação Infantil situada no município de Ariquemes-RO.

A terceira sessão compreende os processos metodológicos utilizados para a concretização da pesquisa, apresentando a motivação para escolha da temática abordada, seguida da questão problematizadora, do objetivo geral e específico, a descrição do tipo e as fases da pesquisa, assim como dos instrumentos utilizados e dos sujeitos, tendo por último uma breve apresentação do lócus em que ocorreu a investigação.

A quarta sessão faz uma análise dos resultados obtidos através da pesquisa de campo, sendo apresentadas aos leitores as respostas dadas pelas professoras, coordenadora e diretora, diante da realização da entrevista.

Com base nos conhecimentos teóricos apropriados por meio do estudo desenvolvido durante a pesquisa bibliográfica e com base nas respostas dos sujeitos entrevistados, pode-se estabelecer uma comparação entre o que a teoria nos diz como deveria ser e como realmente acontece na prática, tendo em vista que a última sessão apresenta as considerações finais com base nos dados e estudos adquiridos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente sessão tem por objetivo contextualizar um recorte do surgimento e apresentar as possíveis definições do termo multiculturalismo na visão de diferentes autores, assim como uma apresentação da ideologia presente nos currículos escolares, uma breve exploração das conquistas já garantidas em leis no que diz respeito ao ensino da história da cultura Africana em sala de aula, e por último evidenciar a importância da implementação dos programas de formação continuada por parte das instituições seguindo um viés multicultural na busca de uma sociedade menos preconceituosa quanto às diversidades existente.

2.1 PROPOSIÇÕES SOBRE O MULTICULTURALISMO

Apesar de estar se tornando um tema de maior preocupação na organização dos planejamentos pedagógicos, a discussão sobre multiculturalismo é antiga, sua real origem não tem uma data definida, mas um fator importante teve influência em seu estudo e desenvolvimento que foi o processo da globalização¹. Alienados pelo discurso do sistema capitalista, para muitos a globalização seria uma chance de maior ascensão social e financeira, no entanto, uma das consequências deste processo foi à miscigenação de diferentes culturas para lugares diferentes de suas colônias, ocorrendo de forma mais marcante após a segunda guerra mundial e que perdura até os dias atuais. Esse processo acabou por caracterizar na formação de uma sociedade pluralista, e o que era pra ser a solução dos problemas enfrentados pela fome e pobreza, acabaram gerando uma situação ainda mais conflituosa, em especial a discriminação racial com os negros, por parte daqueles que se consideravam superiores. Este cenário diversificado acarretou por parte da classe dominante uma forte busca pela unificação de uma única cultura, onde estas traziam em suas bagagens muitas tradições culturais.

A globalização tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas, menos fixas e unificadas ou trans-históricas. (HALL, 2005, p. 87).

¹ A palavra globalização está na moda. No entanto, diferentemente da moda passageira, ela parece ter vindo para fica. Tem sido usada para designar uma gama de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que expressam o espírito e a etapa de desenvolvimento do capitalismo em que o mundo se encontra atualmente. (LIBÂNEO, 2012, p. 81).

Ainda segundo o autor o que ocorre é um constate conflito entre movimentos de tradição e tradução, sendo que neste primeiro as diferentes culturas aceitam a pluralidade existente assumindo a sua identidade sem se desfazer das outras etnias, já no segundo ocorre o processo mencionado anteriormente de unificação onde os julgados inferiores são obrigados a seguirem os princípios da cultura vigente, mesmo carregando consigo traços tão marcantes de sua própria identidade. (Hall, 2005, p. 88). Então nos recai um novo questionamento, o que pode ser considerado como identidade? Ainda de acordo com o autor acima mencionado é justamente a diferença entre as culturas que definem a identidade de um povo e que por conta dessa miscigenação o indivíduo tem se tornado um ser fragmentado, constituído de várias identidades que estão inseridas no meio em que vive. “O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado, composto não de uma única, mais de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou mal resolvidas” (HALL, 2005, p. 12).

Durante o período do colonialismo que ocorreu por volta do século XVI houve uma grande miscigenação de diferentes culturas, consequência das grandes navegações realizadas pela busca de lucros e especiarias em lugares distantes dos povoados, este procedimento teve por resultado a colonização, ou seja, a dominação de alguns povos considerados inferiores que acabaram se tornando escravos dos colonizadores, entre eles estavam os negros e os afrodescendentes, o que acabou consolidando um dos períodos mais difíceis e marcantes para a cultura negra, o período de escravidão, que se estendeu por um longo tempo, até o seu fim em virtude da abolição. Durante esse período de escravidão os negros eram levados para trabalhar nas grandes fazendas, poucos escravos se atreviam a fugir, pois muitas vezes eram capturados e recebiam castigos físicos que na maioria das situações acarretava em sua morte, mas quando conseguiam fugir concentravam-se em lugares denominados quilombos, uma comunidade formada por escravos fugitivos, e foi em um desses quilombos que atualmente está localizado em Alagoas que um negro ganhou destaque na luta contra a escravidão e ficou conhecido como Zumbi dos Palmares. Após anos de luta pela liberdade daqueles que ainda se encontravam na fazenda, o líder negro foi traído por um companheiro que o entregou para os colonizadores, e no dia 20 de novembro de 1695 Zumbi foi morto degolado, sendo que por isso o dia 20 de novembro é considerado o dia nacional da consciência negra.

Ainda no decorrer desse período de escravatura, algumas conquistas foram alcançadas por abolicionistas que lutavam pelo fim da escravidão, dentre essas vitórias que foram transformadas em leis, podemos citar a Lei Eusébio de Queiroz de 1650 que proibia a entrada de escravos no Brasil, seguida da Lei do Ventre Livre de 1871, onde filhos de

escravos não eram mais considerados como escravos, em 1885 a Lei do sexagenário que dava liberdades aos escravos com mais de 65 anos, até que em 1888 a princesa Isabel assina a Lei Áurea abolindo a escravidão. Como pode ser observada a luta dos negros pela sua própria identidade começa muito cedo e que perdura até os dias atuais devido a discriminação ainda enfrentada, em meio a esse embate surgem requisitos de uma tentativa de reconhecimento e igualdade, o multiculturalismo manifesta-se então como um movimento social que busca defender os direitos dessa minoria.

Na Europa Ocidental o termo surge em meio a uma discussão provocada pela ideia de dominação por volta do século XIX, que pretendia universalizar uma cultura pura considerada por eles dominante. A primeira noção de definição do termo multiculturalismo que nos vem em mente seria a de junção de diferentes culturas em um mesmo espaço formando características de uma nova cultura.

Recentemente o multiculturalismo vem ganhando um espaço muito importante na educação, e para entender a proposta de um possível ensino multicultural faz-se necessário à apresentação de diferentes definições do termo segundo alguns autores.

A noção de multiculturalismo, em sentido amplo, pode mudar de um lugar para outro. Algumas pessoas vêem o multiculturalismo como uma filosofia antirracista; outras, como uma maneira de reforma educacional; outras, como uma proteção da diversidade cultural e dos direitos das minorias, ou o vêem como uma neutralidade entendendo ser uma simples pluralidade de culturas. O multiculturalismo para pessoas diferentes pode significar coisas diferentes. No entanto, não importa o modo de vê-lo, mas sim de efetivá-lo como um fim social que está sempre em prol de direitos de certos grupos. (GROFF, PAGEL, 2009, p. 10).

Complementando o exposto acima:

O multiculturalismo tal como a cultura contemporânea, é fundamentalmente ambíguo. Por um lado, o multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados no interior daqueles países para terem suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional. O multiculturalismo pode ser visto, entretanto, também como uma solução para os “problemas” que a presença de grupos raciais e étnicos coloca no interior daqueles países para a cultura dominante. De uma forma ou de outra, o multiculturalismo não pode ser separado das relações de poder que, antes de mais nada, obrigam essas diferentes culturas raciais, étnicas e nacionais a viverem no mesmo espaço. (SILVA, 2010, p.85).

Peter McLaren (1997) em seu livro multiculturalismo crítico nos permite ter uma visão de como o capitalismo influencia uma cultura, onde as tradições de uma etnia dita por

eles sofisticada acabam por camuflar as reais características de um grupo minoritário em uma sociedade, ainda segundo o autor nunca devemos nos submeter a este tipo de domínio capitalista, uma antiga visão de multiculturalismo conservador que defende a ideologia de uma cultura unificada e a submissão dos negros que ficaram marcados pelo período de colonização citado acima, onde ainda nos dias atuais tem-se a sua imagem associada à de escravos.

Mesmo que se distanciam das ideologias racistas, os multiculturalistas conservadores disfarçam falsamente a igualdade cognitiva de todas as raças e acusam as minorias mal sucedidas de terem “bagagens culturais inferiores” e “carência de fortes valores de orientação familiar” Esta posição “ambientalista” ainda aceita a inferioridade cognitiva negra com relação aos brancos como uma premissa geral e oferece aos multiculturalistas conservadores um meio de racionalizarem o fato pelo qual alguns grupos minoritários são bem-sucedidos enquanto outros não. (MCLAREN, 1997, p.113).

Ao discutirmos o termo multiculturalismo chegamos à conclusão de que se trata de um discurso muito abrangente com diferentes categorias, que podem ser definidas como multiculturalismo conservador mencionado anteriormente, ou humanista liberal que contrário ao conservador acredita na igualdade intelectual das raças onde todos teriam a competência de se desenvolver diante de uma sociedade capitalista, requerendo apenas de meios que possibilitassem esse desenvolvimento, pode-se citar ainda o multiculturalismo liberal de esquerda que assim como o humanista liberal acredita na igualdade de raças, mas considera a diferença como essência que serve de identidade de um grupo. (MCLAREN, 1997).

Contrapondo-se a essas visões conservadoras e liberais surge o multiculturalismo crítico ou de resistência defendido por McLaren onde o mesmo reconhece a cultura como um termo conflituoso cuja diversidade deve ser trabalhada de uma forma política e crítica.

A perspectiva que estou chamando de multiculturalismo crítico compreende a representação de raça, classe e gênero como resultado de lutas sociais mais amplas sobre signo e significações e, nesse sentido, enfatiza não apenas o jogo textual e o deslocamento metafórico como forma de resistência (como no caso do multiculturalismo liberal de esquerda), mas enfatiza a tarefa central de transformar as relações sociais, culturais e institucionais nas quais significados são gerados. (MCLAREN, 1997, p. 123).

Como pode ser visto, o estudo do multiculturalismo surge em meio a um embate de lutas raciais, como tentativa de amenizar ou até mesmo extinguir as relações de discriminação de uma cultura que se sente superior a outra.

Ainda em meio a essa discussão de definição e proposta do termo, sente-se a necessidade de tornar real a relação de igualdade defendida, surgindo então à proposta de uma educação multicultural que aceite a ideia proposta pela política do pluralismo multicultural, onde:

Uma sociedade pluralista seria aquela em que os indivíduos manteriam as suas identidades culturais, isto é, a plena liberdade de participar numa vida cultural e sócia própria, em circunstâncias iguais às das outras culturas, mantendo, no entanto, a liberdade de escolha. (PEREIRA, 2004, p. 23).

Assim caberia principalmente a escola, por se tratar de um ambiente de encontro de miscigenações, por meio de uma educação multicultural, o papel de assegurar a produção de uma sociedade igualitária que aprenda a respeitar a cultura dos diferentes grupos étnicos.

2.2 IDEOLOGIAS PREDOMINANTES NO CURRÍCULO

A escola é considerada como um espaço físico onde está presente uma grande miscigenação de raças, além de ser responsável pela formação de indivíduos conscientes e pensantes. A mesma possui um instrumento essencial e decisivo para garantir o sucesso das práticas pedagógicas que visem o acesso ao conhecimento das diferentes culturas que fazem parte da constituição do ser. Tal instrumento denomina-se Currículo.

No entanto, desde o seu surgimento e estudo ficou comprovada a relação de poder existente em sua estrutura, com a necessidade de firmar um documento que nortearia as práticas educacionais. O currículo foi elaborado com base no processo de industrialização provocando desde cedo uma situação de desigualdade, assim o currículo era direcionado aos interesses da classe dominante utilizado como instrumento de aculturação das minorias.

O currículo surge no início do século XX como conjunto identificável de procedimentos para seleção e organização do conhecimento escolar e procedimentos a serem ensinados aos professores e a outros educadores. (APPLE, 2008, p. 85).

O currículo possui em sua composição os assuntos que serão trabalhados pelo professor durante o ano letivo, nele está uma predefinição de que indivíduo se quer formar através dos conteúdos, por isso a sua elaboração requer uma grande atenção.

O currículo é visto como território em que se ocorrem disputas culturais, em que se travam lutas entre diferentes significados do indivíduo, do mundo e da sociedade, no processo de formação de identidades. Essa constatação levanta inevitavelmente, algumas questões. Que identidades os atuais currículos estão ajudando a produzir? Que identidades deveriam produzir? Identidades com padrões dominantes ou identidades plurais? Identidades comprometidas com o arranjo social existente ou identidades questionadoras e críticas?(MOREIRA, 2001, p.5).

Assim como existe a desigualdade na distribuição do capital, o mesmo ocorre com a distribuição do conhecimento cultural, pois uma sociedade industrializada acaba por inserir e reproduzir em seu currículo tradições e conteúdos de uma cultura dominante, com um viés voltado apenas para o lucro no mercado de trabalho e para a modernização, sendo que as questões culturais e os direitos dos grupos julgados subordinados estão sendo deixadas de lado, atitudes que estão ganhando força com a construção e aplicação de currículos com conteúdos ocultos, e caberia citar como exemplo ainda a composição dos livros didáticos que nos são entregues prontos, com temas que na maioria das vezes não fazem parte da realidade em que o aluno se encontra inserido, o que acaba por preservar o capitalismo e reproduzir as desigualdades, deixando de lado aspectos culturais da nossa região.

Em termos claros o conhecimento aberto e oculto encontrado nos ambientes escolares e os princípios de seleção, organização e avaliação desse conhecimento, são seleções governadas pelo valor e oriundas de um universo muito mais amplo de conhecimento possível e de princípios de seleção. (APPLE, 2008, p.83).

Isso pode ser sentido quando ao observarmos os livros didáticos das escolas, nos deparamos com uma minuciosa escolha dos personagens principalmente na educação infantil a serem trabalhados pelo professor, em sua maioria personagens e celebridades brancas e nos anos posteriores podemos constatar o grande foco que é dado à imagem do negro como a de escravo, na maioria das vezes, sendo o único tema a ser abordado, ligando a raça negra justamente ao período de escravidão, onde é enfatizado a sua submissão aos padrões, não levando em consideração a cultura própria desse povo, a sua história de conquistas diante dos desafios impostos pelo preconceito, assim como o seu percurso até o ingresso no sistema educacional.

Desde 1970 foram sendo realizadas pesquisas sobre livros didáticos de diferentes disciplinas e níveis escolares e de literatura infanto-juvenil que evidenciam o forte preconceito racial aí veiculado, que se manifesta desde a menor representação de personagens negros a servirem de modelo, passando por sua desqualificação até a omissão quanto à contribuição do negro na formação cultural do Brasil. (AQUINO, 1998, p. 84).

Fato este que contraria a elaboração de currículo defendida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs), que buscam articular as experiências das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, levando em consideração que a criança é um sujeito histórico e com direitos ao acesso a educação, como fica claro em seu Art. 3º:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Assim na maioria das vezes o que nos é passado é justamente o que a sociedade capitalista nos quer impor numa forma de alienação, deste modo, nos livros aprendemos sobre as grandes potências do mundo, representado por países capitalistas, refletindo uma imagem de país rico, bonito, desenvolvido, onde tudo o que se produz é tido como referência, enquanto países como a África, nos é passado como um país de pobreza, fome camuflando e excluindo a sua história cultural que esta inserida na maioria desses países.

Para nós é claro que vivemos numa sociedade que exclui os subalternos, não apenas dos bens materiais, mas também dos bens culturais e espirituais. A arte feita pelo povo é artesanato, religião do povo é crença. “A riqueza cultural produzida pela sociedade global é privatizada, a ela só tem acesso os privilegiados”. (GARCIA, 2008, p. 33).

O que ocorre, portanto, é uma seletividade dos conteúdos a serem introduzidos no currículo, que em sua maioria são voltados para o aprendizado de tradições, culturas, lutas e conquistas de sociedades capitalistas, não que a aquisição desse conhecimento seja irrelevante até por que o nosso mundo gira em torno do capital, mas porque não se dá a mesma relevância ao estudo das lutas sociais e da cultura dos povos africanos tão presente na nossa história.

A Lei De Diretrizes e Bases para Educação Básica deixa claro que o currículo deve abranger em sua estrutura a história das culturas que fizeram parte da constituição da história do nosso País entre elas a cultura africana.

“Art. 26 § 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia”.

Pensando em uma educação multicultural, deve-se criar um currículo multicultural que atenda as necessidades dos grupos étnicos minoritários, para que os mesmos possam sentir-se incluídos no processo de aprendizagem, devemos estar de olho na construção do currículo para que não haja a predominância do ensino de uma cultura dominante, nem que abra espaço para prática de atitudes discriminatórias e racistas, contribuindo assim para a desigualdade.

Desta forma, um currículo voltado para inclusão étnico-racial deve conter em sua estrutura a história de luta desse grupo, suas tradições, costumes e heranças, possibilitando ao indivíduo reconhecer que a cultura africana está tão presente em sua história, seja por meio da dança, brincadeira, culinária ou costumes que foram trazidos pelos negros na época da escravidão e que perduram até hoje na composição da história do ser.

2.3 MARCOS LEGAIS.

Apesar da discriminação racial está tão presente nas ações de nossa sociedade, o Brasil por muito tempo negou ser um país preconceituoso, tratando a discriminação racial como algo invisível, o que dificultava e impedia a implementação de políticas públicas ou medidas que abordassem a questão. O primeiro passo para tornar a desigualdade ocorrida no país, um assunto de conhecimento público, ocorreu em 1996 no governo do então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, quando o mesmo, sobre pressão dos movimentos sociais negros, reconheceu a procedência da prática de discriminação racial no Brasil.

No entanto, tal iniciativa por parte do governo foi perdendo força devido a influência da globalização proporcionada por uma visão capitalista e conservadora, somente no ano de 2000 devido aos altos índices de violência contra negros e insistência dos movimentos sociais é que foi levantado um novo pronunciamento, que levou a formulação de um documento por parte das autoridades denominado “Carta do Rio” que continha em sua estrutura propostas de políticas públicas raciais a serem apresentadas na Conferência Mundial de Durban. Com esta nova iniciativa o problema da discriminação acabou ganhando espaço na mídia sendo divulgado pelos principais jornais da época o que acarretou a inclusão da temática na agenda nacional do País. (SANTOS, 2007, p. 17-19).

Com o apoio do governo, por meio da Carta do Rio, os movimentos negros passaram a discutir seus direitos na Convenção dos Direitos humanos, já que a mesma tem como objetivo principal a proteção dos direitos de liberdade e igualdade, numa proporção individual e indivisível já que a condição de ser atribuí aos indivíduos direitos, e estes são indissociáveis de fatores culturais, econômicos e sociais. Com a forte pressão e o reconhecimento de práticas discriminatórias o Estado viu-se obrigado a elaborar ações afirmativas defendidas pela conferência de Durban, numa tentativa de compensar todo o sofrimento causado pelo período de escravidão, promovendo então a formação de uma sociedade multicultural.

A adoção de ações afirmativas pelo Estado, além de reparar danos atuais e prestar contas com a história, promove a inclusão, a integração e o convívio de diferentes é, por sua vez, um claro compromisso do Estado com a conformação de uma sociedade diversificada e plural. (JÚNIOR, 2007, p. 96).

Complementando o acima exposto, Silvério (2007, p. 146) assegura que:

Os programas de ações afirmativas requerem metas a curto, médio e longo prazos, recursos financeiros, materiais, além de profissionais competentes, abertos à diversidade étnico-racial da nação brasileira; sensíveis aos graves problemas sociais, econômicos que dela fazem parte; comprometidos com justiça; capazes de combater seus preconceitos contra pessoas e grupos e de com estes interagir, sem tentar assimilá-los a valores, objetivos, orientação de vida que se pretendiam universais; que, ao contrário, propõem-se, a respeitar as diferentes raízes que constituem a nação brasileira – indígena, africana, européia, asiática – e, com seus representantes, a redimensionar a vida das instituições, reeducar as relações étnico-raciais, entre outras.

Nesse sentido, devem-se combater as diferentes formas de discriminação existentes em nossa sociedade denominadas como discriminação direta e indireta, sendo a primeira considerada como a atitude de exclusão baseado na cor conhecida como racismo que ocorre de forma explícita, já a segunda não menos preconceituosa ocorre de uma forma silenciosa e camuflada.

Marcados por uma grande desigualdade com relação aos ditos brancos, sendo por causa dos fatores econômicos, políticos e sociais, muitos estudiosos acreditam que a chave para promover uma reversão deste cenário de discriminação seria a educação, neste sentido a escola adotaria medidas educacionais com um viés pluralista e multicultural.

Para muitos analistas, a reversão desse quadro de desigualdades passaria pela ação educacional na medida em que políticas educacionais de cunho universalista propiciariam uma mobilidade social ascendente para os grupos

mais desfavorecidos da população, entre eles os negros. (JACCOUD, THEODORO, 2007, p. 107).

Seguindo este raciocínio vamos nos ater as medidas conquistadas perante a lei no âmbito escolar já que a mesma atua de forma direta na formação e constituição do ser, com o intuito de extinguir qualquer tipo de discriminação, assim como tem sido um dos primeiros recursos utilizados pelos negros na tentativa de ascensão social.

“Os negros compreenderam que sem educação formal dificilmente poderiam ascender socialmente, ou seja, obter mobilidade vertical individualmente ou coletivamente, numa sociedade em pleno processo de modernização” (SANTOS, 2007, p. 22).

No entanto, com base em alguns relatos, pode-se perceber que o ingresso do negro na educação não foi um processo fácil, pois, seu ingresso nas instituições públicas ocorre de uma forma mais intensificada apenas em meados da segunda metade do século XIX, sendo que anteriormente os negros eram obrigados a formarem as suas próprias escolas, para isso eram instruídos por indivíduos escolarizados. Uma das poucas foi criada pelo líder negro Cosme no quilombo da fazenda Lagoa Amarela no maranhão, evidenciando que os negros depositam na educação uma chance de ascensão social. Com o tempo novas escolas que seguiam a mesma temática foram surgindo, como o colégio São Benedito fundado em São Paulo no ano de 1902, a primeira escola primária em São Carlos e os primeiros cursos de alfabetização, muitas vezes sem o apoio de políticas públicas. (CRUZ, 2005, p. 28). Avanços esses que foram possíveis a partir da aprovação da Lei do Ventre Livre promulgada em 1871, assegurando que as crianças que nascessem de mães escravas, não seriam consideradas escravos, ganhando assim a sua liberdade.

Como sabemos, na área educacional, a elaboração do currículo e do projeto político pedagógico da instituição é fundamental para direcionar as práticas que serão desenvolvidas no espaço físico escolar, e seguindo a proposta acima citada o que deveria ocorrer por parte da escola seria justamente a elaboração de um currículo multicultural, para que se consiga desvincular essa visão capitalista formada pela globalização que gira em torno da sociedade onde ainda se podem presenciar práticas discriminatórias e desvalorização de culturas ditas inferiores.

Uma conquista que vem a mudar essa realidade além de incrementar e dar suporte as práticas pedagógicas seria a adesão dos direitos garantidos em lei no currículo. Um avanço na educação multicultural que foi alcançado graças às constantes lutas de um grupo que busca por igualdade de direitos e reconhecimento.

Um passo importante para que esta ação se consolidasse foi graças a II Convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino adotada pela UNESCO no ano de 1960, que defende o direito de igualdade de tratamento assim como igualdade de oportunidades nas redes de ensino, considerando como discriminação qualquer tipo de exclusão ou preferência relacionado à cor, como ressalva em seu Art. 1:

§ 1º Para os fins da presente Convenção, o termo "discriminação" abarca qualquer distinção, exclusão, limitação ou preferência que, por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião pública ou qualquer outra opinião, origem nacional ou social, condição econômica ou nascimento, tenha por objeto ou efeito destruir ou alterar a igualdade de tratamento em matéria de ensino.

Neste cenário o ensino da história da Cultura Africana torna-se obrigatório nas escolas, devendo assim ser inserida no currículo como fica claro na LEI Nº10.639, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* desse artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negro brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes a História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas da Educação Artísticas e de Literatura e Histórias Brasileiras.

A mesma lei torna obrigatória a inclusão do dia 20 de novembro como dia nacional da consciência negra como fica expresso em seu "Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Devido o aumento da discussão em torno das questões raciais, o Ministério da Educação tem se preocupado cada vez mais em assegurar o reconhecimento da herança cultural desse grupo, sendo criada a Resolução CP/CNE nº 1, de 17 de junho de 2004 que tem por objetivo garantir uma educação onde se desenvolvam indivíduos conscientes da pluralidade presente em nossa sociedade, onde segundo o Art. 2º:

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

A presente resolução ainda assegura os direitos que os negros possuem de uma educação de qualidade, com professores que tenham conhecimento da história dos negros, estando atendo para possíveis atitudes de discriminação, como fica claro no Art. 5º:

Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de freqüentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

Segundo a Constituição Federal de 1988 somos todos iguais perante a lei, temos o direito à vida a liberdade, a igualdade sendo o racismo considerado crime como fica claro no Art. 5º da constituição: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

“XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

A mesma deixa claro em seu Art. 210 que diz respeito à diversidade cultural que “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”.

Ainda segundo a LEI Nº 8.069. DE 13 DE JULHO DE 1990 que dispõem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) “assegura a toda criança o direito de igualdade de condições para a permanência na escola, de ser respeitada pelos educadores, de ter sua identidade e seus valores preservados a salvo de qualquer forma de discriminação”.

Outro avanço muito importante foi à inclusão do tema Pluralidade Cultural como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que vem por fortalecer a implementação de uma educação igualitária, onde deixa claro que fazemos parte de uma sociedade composta por diferentes etnias e que temos o direito de conhecer a herança cultural que faz parte do patrimônio brasileiro.

Outra situação que gera um grande debate ainda nos dias atuais diz respeito a composição dos livros didáticos com relação a imagem do negro em nossa sociedade e a formação de professores capacitados para trabalhar a temática étnico-racial, uma luta antiga que vem desde o ano de 1995 quando foi organizada pelos Movimentos negros em Brasília uma caminhada que levava o nome marcha Zumbi dos palmares, em homenagem a um dos maiores líderes negros que foi morto enquanto lutava pelos direitos de igualdade de seu povo,

neste protesto os negros exigiam um monitoramento dos conteúdos didáticos contidos nos livros de história assim como programas de formação de professores para que os mesmos pudessem identificar qualquer tipo de discriminação em sala de aula.

2.4 FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA DO MULTICULTURALISMO.

Quando a escola opta por uma educação multicultural, sabe-se que para que seu objetivo de igualdade seja alcançado faz-se necessário trabalhar em conjunto com todos os profissionais da instituição além dos familiares. Nesse cenário o professor recebe um olhar especial por ser ele o maior responsável em transmitir o conhecimento e aplicar as práticas pedagógicas promotoras da igualdade que devem estar presente no currículo que como já mencionado anteriormente é um instrumento fundamental no processo escolar responsável por nortear as práticas pedagógicas dos educadores, e as ações dos demais setores que compõem uma instituição de ensino. Com relação ao professor acima citado ele recebe uma difícil missão, trabalhar o preconceito em sala de aula, tarefa está que não recai apenas a responsabilidade do professor, mas por ser ele que estabelece um maior contato direto com os alunos no período em que se encontram na escola, a sua forma de abordar e agir sobre esse tema, acaba sendo de suma importância para extinguir ou até mesmo acabar por reproduzir a discriminação.

Ao que tudo indica a escola, que poderia e deveria contribuir para modificar as mentalidades discriminatórias ou pelo menos para inibir as ações discriminatórias, acaba contribuindo para a perpetuação das discriminações, seja por atuação direta de seus agentes, seja por sua omissão perante os conteúdos didáticos que veicula, ou pelo que ocorre no dia-a-dia da sala de aula. (PINTO, 1993, p. 27).

Não bastasse a discriminação racial sofrida pelos negros na sociedade e na escola, outro fator contribui significativamente para a exclusão desses alunos, que é a questão econômica, como já visto anteriormente os negros migraram para regiões menos desenvolvidas e em consequência a esse fator, crianças tiveram que começar a trabalhar cedo dificultando o acesso a escola, e aqueles que conseguiam muitas vezes eram introduzidos em escolas que não disponham de materiais e recursos pedagógicos, além de material humano, sendo as horas de permanência na escola reduzidas com a justificativa de que eram alunos carentes e a rotulação de pobres os impedia de uma ascensão social. Em muitas situações os

alunos e os próprios professores reconhecem e admitem a existência do preconceito em sala de aula, entre alunos ou entre professor aluno no entanto, pouco se faz para reverter essa situação, sendo que em muitas das vezes o argumento usado para justificar a prática da discriminação recai sobre a questão de classe econômica ou ainda a “má sorte” desse aluno ter nascido negro e carregar consigo uma história de sofrimento e inferioridade, fazendo alusão à época da escravidão.

Alunos e professores reconhecem a existência de discriminações contra o aluno negro por parte da sociedade e da escola, ainda que muitas vezes as expliquem em função da sua situação sócio-econômica e mesmo da sua atitude, e, o que é mais intrigante, explicações em que se percebe muitas vezes uma tendência em culpabilizá-lo pela sua sorte. (PINTO, 1993, p.27).

O principal objetivo da escola deve ou pelo menos deveria ser a formação de indivíduos mais críticos e pensantes diante dos problemas enfrentados pela sociedade, dentre eles a discriminação racial, nesse encargo o aluno deve ser o centro dos trabalhos realizados pelos professores, sendo proibido qualquer tipo de exclusão, preferência diante que qualquer diferença, seja ela econômica, religiosa ou racial por parte dos mesmos. No entanto com base em algumas leituras podemos perceber que a prática da discriminação é um fenômeno constante e presente nas salas de aulas, manifestando-se de diferentes formas entre os próprios alunos e até mesmo professor aluno. A forma mais comum faz referência aos apelidos pejorativos que são atribuídos a alunos negros e que na maioria das vezes são ignorados pelos professores. Já com relação aos professores, por não terem uma formação adequada, acabam utilizando expressões errôneas, que muitas vezes sem saber estão reproduzindo a discriminação como é o caso da expressão “pessoa de cor”, evidenciando a dificuldade que se tem de se referir à raça negra.

Quando utilizamos o termo “pessoas de cor” para nos referir a uma pessoa de ascendência africana negra, negamos a existência de negros como parte da composição da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que transformamos o negro num grupo social sem identidade clara. (ITANI, 1998, p. 122).

Na busca pela resolução dos problemas enfrentados pelos professores em aplicarem suas práticas, e buscando uma distorção da imagem associada ao negro, movimentos sociais realizados pela frente negra no ano de 1991 no Rio de Janeiro organizaram um fórum com a participação de educadores e órgãos escolares no intuito de debater a eficiências das práticas pedagógicas voltadas para o tema assim como elaborar novas metodologias, a partir da

discussão realizada surgiu à publicação A África que traz em seu corpo medidas de ensino que tendem a auxiliar o professor no seu trabalho em sala de aula, medidas estas que estão amparadas em documentos oficiais já mencionados anteriormente, como por exemplo, a constituição de 1988, e que devem ser introduzidas nos currículos. Com base nesta publicação o professor deveria trabalhar na perspectiva de extinguir a ideia de estereótipo dominante, assim como desvincular essa associação de negro a escravo incumbido em nossa sociedade que tende a atribuir aos mesmos um sentimento de minoria e inferioridade, pois o negro deve ser reconhecido como sujeito da história, pertencente a uma etnia rica em tradições culturais que fazem parte do nosso cotidiano, e tudo isso sem recair ou demonstrar sobre o aluno negro um sentimento de caridade paternalista. Sobre isso temos a citação de Itani (1998, p.123) que diz:

Na atitude paternalista de praticar aquilo que é considerado como caridade, na moralidade cristã, nem sempre há o reconhecimento do outro como igual. Ao contrário a caridade é a própria prática da desigualdade. É por reconhecer o outro em condição inferior e por nos considerarmos superiores, que por vezes, podemos nos colocar em posição de ajudá-los ou não. Nesse sentido da prática da caridade é que a atitude paternalista contém o preconceito.

Ou seja, ao tratarmos o aluno negro como uma criança carente, estamos enfatizando que os mesmos não são capazes de aprender estabelecendo uma relação de dependência dos outros ditos superiores, a própria publicação citada acima dentre outros materiais incluindo apostilhas desenvolvidas pelo MEC, trazem diferentes modelos e exemplos de metodologias a serem seguidas pelo professor em sala de aula, dando assim um norte para o educador trabalhar a discriminação racial em sala de aula, no entanto o bem sucedido uso desse material implica em outra questão, que é a de formação de professores, ficando a questão, será que os mesmos recebem programas de formação que visem o trabalho e o estudo da diversidade racial para se que possam utilizar de forma correta a questão do preconceito? Ou ainda será que a escola oferece esses materiais de apoio aos professores? Pois como já mencionado o professor recebe um grande desafio ao trabalhar discriminação racial, onde além de tentar desvincular a ideia de superioridade impregnada, a que se trabalhar a autoimagem da criança negra que carrega consigo um passado que reflete no presente, por isso, nesse sentido uma boa formação seria chave para o sucesso desse trabalho garantindo a prática de uma educação multicultural que reconhece e respeita a pluralidade existente.

Em nível de pré sugere-se a decoração do espaço de aula com fotos que reflitam uma imagem positiva da criança negra e de sua família nos mais

diferentes contextos, que retratem personalidades negras expressivas, utilizando a figura do africano e do afro-brasileiro, em todos os recursos pedagógicos. (PINTO, 1993, p. 35).

Visando uma educação multicultural, o professor deve ter um conhecimento prévio da história, das lutas, saber que as Diretrizes Curriculares Nacionais garantem os direitos que as leis asseguram às crianças o acesso à história da cultura afro-brasileira, e à instituição cabe a responsabilidade de promover formações para os professores, para garantir a aquisição do conteúdo, além de disponibilizar materiais didáticos que darão suporte em suas práticas.

A instituição deve proporcionar condições para que todos os profissionais participem de momentos de formação de natureza diversa: tematização da prática palestra sobre questões específicas, visitas a museus, ONGs e espaços culturais, atualizações por meio de filmes, vídeos e acesso a informações em livros e em sites. (SILVA, APARECIDA, PEREIRA, 2012, p. 16).

Complementando o acima exposto:

A formação de professores para a educação multicultural reveste-se de uma importância crucial e exige a utilização de metodologias activas e a participação em projectos de inovação curricular. Essa informação deve centrar-se, não apenas ao acesso a informação e ao conhecimento sobre teorias, modelos e estratégias de educação multicultural, mas também no desenvolvimento de atitudes e valores que tornem os professores sensíveis face aos preconceitos, aos estereótipos, às injustiças, ao racismo e a discriminação (PEREIRA, 2004, p.12).

O professor deve estar ciente da pluralidade cultural existente no espaço físico de sua sala de aula, estando atento para forma em que irá direccionar e aplicar os conteúdos relativos à história e cultura africana ou qualquer outro conteúdo, assumindo portanto uma neutralidade perante o assunto para que não se transmita uma ideia de superioridade de uma cultura sobre a outra, mas que estabeleça na criança uma noção de igualdade, reconhecimento e, sobretudo respeito aos valores e história herdados de diferentes culturas.

O racismo e seus derivados no cotidiano e nos sistemas de ensino não podem ser subavaliados ou silenciados pelos quadros de professores (as). É imprescindível identificá-los e combatê-los. Assim como é pungente que todos (as) os (as) educadores (as) digam não ao racismo e juntos promovam o respeito mútuo e a possibilidade de se falar sobre as diferenças humanas sem medo, sem receio, sem preconceito e, acima de tudo, sem discriminação. (CAVALLEIRO, 2005, p.12).

Ao incorporar em seu projeto político pedagógico um programa de formação de professores, seja ela inicial ou continuada, à instituição deve pensar em diferentes meios e práticas que possibilitem desfazer qualquer tipo de comportamento preconceituoso que venha a se manifestar no espaço físico da escola, onde possa ser detectado um sentimento de superioridade à determinada cultura e assim acarretar posteriormente alguma forma de discriminação, no caso aqui mencionado a cultura africana, que ganhou uma maior notoriedade e foi marcada pelo período colonial.

Afinal, pensar a formação continuada de professores em uma perspectiva multicultural significa pensar em uma efetiva mudança de atitude, de postura e de olhar sobre a diversidade e a diferença. Não mais a celebração acrítica da diversidade, e sim o questionamento, a participação e a decodificação de teorias, conceitos, discursos e mensagens que compõem o currículo e as práticas em sala de aula e que muitas vezes se apresentam impregnados de preconceitos, estereótipos, silêncios e omissões.(CANEN, PERELI, 2011, p. 643).

Uma boa formação é aquela que possibilite ao professor identificar se os temas contidos nos currículos tenham conteúdos ocultos, e se de alguma forma fazem referência e privilegia um estereótipo dito dominante. Visto que na busca de romper essa visão de homogeneidade, o educador deve inserir em seu planejamento eixos voltados para a valorização das diversidades como os PCNs que trata da diversidade cultural e da ética.

Formar o professor multiculturalmente orientado implica, conforme temos argumentado, em trabalhar em prol de um modelo de professor apto a compreender o conhecimento e o currículo como processos discursivos, marcados por relações de poder desiguais, que participam da formação das identidades. Implica em tencionar conteúdos pré-estabelecidos e pretensões a verdades únicas, procurando detectar vozes silenciadas e representadas nesses discursos curriculares, de forma a mobilizar a construção de identidades docentes sensíveis à diversidade cultural e aptas a formular alternativas discursivas transformadoras, desafiadoras do congelamento de identidades e dos estereótipos. (CANEN, XAVIER, p. 336, 2005).

Para o efetivo sucesso de sua prática, o professor deve estar em constante busca pelo conhecimento, questionando, opinando caso sinta a necessidade nas práticas presentes no currículo, abordando em sala de aula o multiculturalismo, seja em sua forma mais simples voltada para o folclore, seja em sua dimensão mais crítica, apresentado pelo texto, mantendo um diálogo com a instituição e familiares, para que juntos possam desenvolver efetivamente uma escola igualitária.

3. DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Esta sessão destina-se em primeiro momento a apresentação do fator que levou a motivação no desenvolvimento do presente estudo seguida da descrição da metodologia aplicada na pesquisa, apresentando a problemática, o objetivo geral e os específicos, assim como o tipo e as fases da pesquisa, os instrumentos utilizados, os sujeitos e por último o lócus onde a pesquisa foi desenvolvida.

3.1 MOTIVAÇÃO

A motivação para a presente pesquisa se deu diante o período de observação e regência desenvolvidas na disciplina de estágio supervisionado I realizado em uma escola de Educação Infantil no município de Ariquemes-RO. Devido à data em que a regência seria ministrada coincidir com a semana em que se comemora o dia de conscientização da consciência negra, a pedido da coordenadora pedagógica da instituição foi elaborado um plano de aula a ser trabalhado durante a semana com as crianças do maternal, tendo como tema a consciência negra. Surgiu assim a curiosidade e necessidade de saber como, e se o tema multiculturalismo voltado para a questão racial é trabalhado com as crianças durante todo o ano letivo ou se é apenas abordado na data específica do dia da consciência negra, comemorada no dia 20 de novembro.

Outro fator relevante, que requer muita atenção está voltado para o aumento no número de homicídios e agressões principalmente contra os jovens negros. Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a taxa de homicídios no ano de 2009 de jovens negros na faixa etária entre 15-29 anos superava 138% a mortalidade de jovens brancos, uma realidade muito difícil que poderia ser diferente caso a conscientização sobre as desigualdades raciais presentes fossem trabalhadas desde cedo com as crianças.

Dessa forma fica evidente que a escola enquanto instituição formativa de indivíduos tem papel fundamental na produção de uma sociedade mais igualitária, assim deve assegurar em seu currículo práticas pedagógicas que possibilitem a criança reconhecer e respeitar as diferenças étnico-raciais presentes em nossa sociedade, assim como permitir a criança negra que ela possa se identificar no ambiente escolar, como também reconhecer os seus direitos diante da sociedade.

3.2 PROBLEMATIZAÇÃO

A pesquisa tem como questão problematizadora: analisar em que medida está sendo trabalhado o multiculturalismo, na perspectiva da inclusão étnico racial, em uma escola de Educação Infantil no município de Ariquemes-RO?.

3.3 OBJETIVOS

Geral: Analisar em que medida está sendo trabalhado o termo multiculturalismo na perspectiva da inclusão étnico-racial em uma escola de educação infantil no município de Ariquemes-RO.

Específicos:

- Descrever os aspectos teóricos e legais do termo multiculturalismo na perspectiva da inclusão étnico-racial.
- Identificar o papel da escola no ensino do multiculturalismo.
- Avaliar o multiculturalismo enquanto prática pedagógica.

3.4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este tópico destina-se a uma breve contextualização do tipo de pesquisa realizada assim como as suas fases, seguido da apresentação dos instrumentos utilizados, dos sujeitos entrevistados e por último do lócus em que a pesquisa foi aplicada.

3.4.1 Tipo de pesquisa

Seguindo o método de pesquisa qualitativa descritiva, que como a própria nomenclatura nos permite uma breve compreensão, o estudo consistiu na descrição dos fenômenos observados e analisados no ambiente do espaço físico pesquisado, buscando entender e explicar as causas, com base não em números, mas sim em aspectos voltados para a qualidade de ensino da temática investigada.

Nesse tipo de pesquisa a principal fonte de estudo é o próprio ambiente em que o fenômeno investigado ocorre, sendo a coleta de dados realizada nas condições naturais em que ocorrem, existindo, portanto a observação dos fatos, mas sem a intervenção do pesquisador. SEVERINO (2007). Numa busca mais voltada em entender os procedimentos

aplicados no decorrer do processo, no caso deste estudo, na prática pedagógica dos professores, do que nos resultados propriamente dito.

3.4.2 Fases da pesquisa.

Primeira fase: Na busca por um maior conhecimento e internalização teórica da temática abordada, a pesquisa contou com um estudo sistematizado em torno do tema proposto, sendo este o multiculturalismo na perspectiva da inclusão étnico-racial, que foi desenvolvida com a ajuda de livros, artigos científicos e revistas em meio eletrônico, que trabalham com o mesmo objeto de estudo.

No primeiro momento foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica em obras de autores que de alguma forma abordam a questão do multiculturalismo, seja em sua definição em leis, sua presença nos currículos ou no programa de formação de professores que serviram como fonte de estudo, dentre eles: Moreira (2001), Pereira (2004), McLaren (1997), Apple (2006), Canen, Pereli (2011), Severino (2008), Silva, Aparecida, Pereira (2012), Silva (2010), Aquino (1998). Onde segundo (Pádua, p. 55, 2009): “tem por finalidade colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa, para que aos poucos o mesmo possa selecionar o que lhe servirá como fonte”.

Foi feita uma pesquisa documental com base em documentos legais que fazem referência ao ensino da cultura africana, na qual se tentou saber se há amparo para o aluno quanto a qualquer tipo de discriminação, sendo estes documentos os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), o Decreto-Lei nº 8069, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História de Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), dentre outros, que foram explorados conforme o objetivo que se pretendeu alcançar com o desenvolvimento deste trabalho, neste caso, analisar em que medida o multiculturalismo está sendo trabalhado em uma escola de educação infantil no município de Ariquemes-RO.

Segunda fase: realizado o estudo teórico sobre a temática investigada tem-se a necessidade de averiguar sua aplicação na prática escolar, desta forma a segunda fase deste trabalho é destinada a pesquisa de campo, amparado pelo conhecimento teórico adquirido temos agora a possibilidade de comprovar se os objetivos propostos em teoria estão realmente sendo cumpridos na prática. Para isso desenvolveu-se no primeiro momento uma coleta de dados pessoais e profissionais dos sujeitos investigados e em seguida a realização da entrevista semiestruturada.

3.5 INSTRUMENTOS UTILIZADOS.

O instrumento norteador escolhido para o desenvolvimento da pesquisa de campo foi à entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e dissertativas direcionadas as seções trabalhadas no desenvolvimento deste estudo, permitindo ao pesquisador uma maior flexibilidade de mudanças em sua pré-estrutura, o que possibilita uma adaptação as questões pré-elaboradas conforme as perguntas forem realizadas, assim como um ajuste de acordo com as respostas dos sujeitos da pesquisa. Neste método “o pesquisador organiza um conjunto de questões, mas permite, e às vezes incentiva que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramento do tema principal”. (Pádua, p. 70, 2009), o que acaba garantindo uma maior compreensão ao pesquisador, sendo utilizado também um questionário para a coleta dos dados pessoais e profissionais dos sujeitos da pesquisa.

3.6 SUJEITOS DA PESQUISA.

Quando falamos em instituições de ensino, apesar de o professor receber um olhar especial diante dos demais membros que constituem uma escola, sabe-se que para um efetivo processo de ensino-aprendizagem que atenda as necessidades dos alunos e da sociedade, as escolas precisam cumprir o seu papel de formação de indivíduos mais críticos, ainda mais diante dos problemas existentes, que dentre eles está a discriminação racial, e é onde que deve-se existir um trabalho conjunto e colaborativo entre todos os setores que integram uma instituição de ensino.

Com base nisso, a pesquisa teve como sujeitos de investigação, três professoras da educação infantil, a coordenadora pedagógica e a diretora da instituição escolhida, uma vez que a questão pesquisada deve ser de conhecimento de todos e trabalhada em equipe, sendo que os sujeitos receberam as respectivas nomenclaturas fictícias, (P1; P2; P3; C1; D1) privando assim as suas identidades.

3.7 LÓCUS DA PESQUISA.

O presente estudo teve como lócus da pesquisa um Centro de Educação Infantil, localizado no município de Ariquemes-RO, sendo que a escolha se deu devido o estágio supervisionado I ter sido realizado na mesma instituição.

4. MULTICULTURALISMO: NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL: ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS.

Esta seção destina-se a análise e interpretação dos dados que foram coletados por meio da pesquisa de campo, utilizando a metodologia acima descrita. As respostas dadas pela diretora, coordenadora e professoras entrevistadas serão avaliadas de acordo com o conhecimento teórico adquirido através deste estudo.

4.1 DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS DAS PROFESSORAS

Neste tópico segue os dados pessoais e profissionais das 03 professoras entrevistadas, ambas atuantes na mesma instituição, dados estes obtidos por meio de questionários(Apêndice “A”), e que possibilitou a elaboração do quadro descrito abaixo:

Quadro 01: Dados pessoais e profissionais das professoras.

Sujeitos	Idade	Formação acadêmica	Instituição em que se formou (pública, privada, outras...).	Tempo de serviço na educação como professora	Tempo de serviço na educação infantil.
P1	45	Pós-graduada	EAD	9 anos	9 anos
P2	*	Pós-graduada em gestão escolar	Privada	23 anos	20 anos
P3	39	Prof. com habilitação em Ed. Infantil.	Pública	17 anos	17 anos

Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Buscando responder o objetivo proposto pela pesquisa, foram elaboradas 05 questões discursivas e/ou abertas, pertinentes aos conteúdos trabalhados nas diferentes seções deste estudo, possibilitando que o entrevistado relate o seu ponto de vista, podendo dar a opinião de acordo com o conhecimento adquirido durante seu tempo de trabalho, sobre a vivência do cotidiano em sala de aula e no ambiente escolar como um todo. Como podem ser observadas no quadro descrito acima, todas as professoras possuem um tempo considerável de exercício na Educação Infantil, o que nos permite chegar a conclusão de que ambas tem ou pelo menos deveria ter um conhecimento relevante sobre a temática pesquisada, e é possível ainda

observar que todas possuem nível superior sendo que duas P1 e P2 possuem pós-graduação e P3 é professora com habilitação em Educação Infantil.

Fazendo referência a temática pesquisada levantou-se as seguintes questões:

Questão 01: *O que você entende por Multiculturalismo?*

As respostas a seguir seguem literalmente segundo as palavras utilizadas pelas professoras entrevistadas.

Seria o respeito a outras raças? Eu entendo isso. **(P1)**. Eu entendo que no multiculturalismo são trabalhadas diversas raças. **(P2)**. Seria uma mistura de culturas, trabalhando a cultura de, sei lá, de tudo. **(P3)**.

Evidencia-se nas falas das professoras que possuem apenas um conhecimento superficial, de senso comum do que seria o termo multiculturalismo, definindo o termo apenas como a junção de diferentes raças sem demonstrar uma certeza. Antes mesmo de começar a gravação acerca do tema abordado, percebeu-se que não tinham um conhecimento mais aprofundado do termo, indagando entre si uma possível definição.

Com base nos estudos realizados e descritos na primeira sessão, pudemos observar que apesar desta definição ser justamente a primeira que nos vem em mente, o multiculturalismo segundo (GROFF; PANGEL 2009) é tratado de formas diferentes por pessoas diferentes, sendo que alguns o defendem como uma filosofia antirracista, uma reforma educacional ou ainda como um movimento social de reivindicação dos direitos das minorias, sendo o seu objetivo final a luta em prol de algum grupo, assim como Peter McLaren em seu livro *Multiculturalismo Crítico*, o defende como um termo conflituoso e político que deve ser trabalhado de forma crítica nas escolas atribuindo aos mesmos diferentes categorias.

Portanto, o termo multiculturalismo é muito mais do que a junção de diferentes raças. Sua origem não tem uma data específica, mas fatores como a globalização e o período do colonialismo influenciaram de forma marcante na disseminação do multiculturalismo, principalmente por movimentos sociais negros que buscavam o direito de igualdade, afetado pela ideia de unificação de uma cultura dominante, vigente neste período e que segundo Silva (2010) não pode ser desassociado das relações de poder presentes na sociedade, pois se caracteriza como um movimento de reivindicação de direitos daqueles que foram dominados pela ideologia de uma cultura dita como dominante.

Dando continuidade aos questionamentos, na Questão 02: lançou-se a seguinte questão: *Como você trabalha o Multiculturalismo na perspectiva da inclusão étnico-racial em sala de aula?*

Em sala de aula é através da roda de conversa, no dia-a-dia e em projetos né, porque às vezes episódios de uma criança ter uma fala diferenciada também. **(P1)**.

Através de projetos, a gente desenvolve projetos que passa para a criança essa diversidade. **(P2)**.

Bom, nas rodas de conversas, durante as conversas, interferindo nas conversas das crianças quando eles fazem algum comentário à gente sempre tenta já inserir o assunto com eles. **(P3)**.

Apesar da P1 e P2 citarem o uso de projetos nas atividades em sala de aula, pôde-se verificar, com base nas respostas, que não há um planejamento direcionado para o ensino da história da Cultura Africana em sala de aula, como fica estabelecido na Lei 10.639 de janeiro de 2003 que evidencia o trabalho do multiculturalismo nessa perspectiva étnico-racial a partir da identificação de alguma atitude discriminatória por parte de alguma criança, diante disso, há apenas um diálogo como meio de sanar tal atitude, sendo que o MEC coloca a disposição de todos os profissionais e indivíduos cartilhas voltado para trabalho em sala de aula referente à questão étnico-racial, ensinando aos professores, como agir diante de situações de discriminação.

Deste modo, é necessária a descrição de práticas pedagógicas com conteúdos e atividades que devem ser aplicadas em sala de aula com a criança evidenciando a riqueza e as contribuições da cultura Africana na constituição da história de nossa sociedade, permitindo ao professor trabalhar desde cedo com seu aluno a história dos negros, contribuindo para o desenvolvimento de uma autoimagem positiva de seu aluno, em que o mesmo possa se identificar.

Além de ensinar aos demais o sentimento de respeito às diferenças. Neste cenário a organização do ambiente escolar é fundamental, e a escolha de materiais é de suma importância, em especial com os livros de histórias que serão apresentados às crianças, sendo trabalhados aqueles em que a criança negra não se sinta excluída ou inferiorizada no contexto da literatura trabalhada. O trabalho com imagens também é uma metodologia eficiente, geralmente ao se pedir para que as crianças desenhem ou pintem algum personagem ou a si próprias, nos deparamos com a prevalência de um estereótipo definido como branca dos olhos azuis, por isso a importância de apresentar às crianças imagens de pessoas negras reconhecidas pelo seu trabalho, imagens de famílias negras ou de personagens infantis que de alguma forma, inseridos neste ambiente de aprendizagem, assim como o trabalho com objetos de origem Africana são primordiais. O trabalho com bonecas negras para que se desenvolva o

cuidado com o próximo independente da raça, ensinar às crianças as danças e as tradições culturais e pedir para que elas reproduzam estabelecendo o respeito a cultura. Como descrito, existem inúmeras metodologias disponíveis aos professores cabendo apenas aos mesmos um interesse em aplicá-las e uma busca constante por outras práticas inovadoras.

Graças às conquistas dos movimentos sociais negros na busca por igualdade de direitos e o alto índice de violência contra os mesmos em razão da discriminação, surgiu a necessidade de um amparo legal na busca da formação de uma sociedade menos preconceituosa, marcando assim mais uma vitória na trajetória de luta dos negros, e com base nisso levantou-se a seguinte pergunta: *Questão 3: Você conhece alguma lei que obriga o ensino da história da cultura africana em sala de aula?*

Até agora não. **(P1)**. Não, até o presente momento não me recordo de nenhuma. **(P2)**. Não. **(P3)**.

Observa-se que quando questionadas sobre o conhecimento de alguma Lei que torna obrigatório o ensino da Cultura Africana em sala de aula, a resposta “não” foi unânime entre as professoras entrevistadas, inclusive antes de a entrevista começar a ser gravadas, ambas pediram para ver as questões que seriam feitas, indagando entre si se alguma delas conhecia alguma Lei referente à temática abordada, apenas a (P1), mesmo sem saber comentou que deveria sim existir alguma Lei devido aos acontecimentos de preconceitos ocorridos recentemente. Em seguida a (P2), questionou-se sobre a existência de alguma Lei, informando-lhes sobre a Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o eixo de ensino da cultura Africana no currículo escolar a ser trabalhado durante todo ano letivo, apresentando aos alunos a história dos negros, suas contribuições tanto na parte artísticas como na literária, evidenciando a história de luta dos negros até aqui. “A lei, portanto, rompe com a idéia de subordinação racial no campo das idéias e das práticas educacionais, e propõe reconceituar, pela escola, o negro, seus valores e as relações raciais na educação e na sociedade brasileira”. (ROMÃO, 2005, p.11). A mesma Lei ainda torna obrigatória a inclusão do dia 20 de novembro no calendário como “Dia Nacional da Consciência Negra”, sendo a Lei anotada por todas as participantes para realizarem uma pesquisa mais aprofundada.

No entanto, como descrito anteriormente na sessão 02 deste estudo não existe apenas a Lei 10.639/2003 que aborda a questão étnico-racial, a preocupação com a discriminação está inclusa na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, nos PCNs, assim como na Resolução CP/CNE nº 1, de 17 de junho de 2004 das Relações Étnico-raciais que tem por objetivo a formação de uma sociedade mais consciente da pluralidade existente, ensinando aos mesmos a noção de respeito entre as diferenças, mas como pode ser

comprovado nas respostas fornecidas pelas 3 professoras entrevistadas, o conhecimento da existência dessas Leis ainda é algo que precisa ser trabalhado, sendo o programa de formação de professores uma alternativa para que essas informações cheguem aos profissionais responsáveis em ensinar nossas crianças, e desta forma formar cidadãos menos preconceituosos.

Infelizmente vivemos numa sociedade onde a prática da discriminação ainda é presente podendo ser evidenciada em atitudes racistas divulgadas pelas mídias, neste sentido indagou-se: *Questão 4: Na sua sala já aconteceu algum tipo de discriminação racial? Em caso positivo como a situação foi resolvida?*

Graças a Deus até hoje não. **(P1).**

Não, graças a Deus não. **(P2).**

Não aconteceu uma discriminação racial assim objetiva, mas as crianças elas sempre tem assim em algum momento tipo excluir uma criança por ela ser diferente dela, aí nesses momentos que a gente faz a interferência falando, tentando colocar as crianças brincando com aquela que ela deixou separada pra ela entender que todos são iguais. **(P3).**

Quando questionadas sobre a prática de discriminação racial segundo a professora P1 e P2 em suas salas de aula nunca ocorreu nenhum tipo de preconceito, já na fala da professora P3 podemos observar certa contradição, pois ao mesmo tempo em que fala que não ocorreu uma discriminação objetiva a mesma afirma logo em seguida que em alguns momentos as crianças acabam excluindo outra por ela ser diferente, atitude esta que é característica da discriminação e do preconceito. No entanto o ato de discriminação muitas vezes pode passar despercebido pelo educador por não ser realizado de forma explícita como no caso do isolamento de uma criança negra, isso talvez justifique as respostas das professoras P1 e P2, por isso o professor deve estar atento as atitudes de seus alunos, pois muitas ações configuram a prática da discriminação, apelidos pejorativos, xingamentos, situações de vexame dentre outras, e uma identificação precoce permite ao professor trabalhar além dos conteúdos já incluídos no currículo ou que pelo menos deveriam estar, mas também os fatos que ocorrem no dia-a-dia de sala de aula.

Desta forma, a elaboração e aplicação de um currículo multicultural pela instituição nesta perspectiva que permita desde cedo o trabalho com as crianças no que se refere às relações étnico-raciais é fundamental para que atitudes preconceituosas não ocorram, no entanto, caso haja a prevalência de tais situações é importante que o professor busque outras

medidas, inserindo em seu planejamento metodologias que possam transmitir aos alunos e que os mesmos possam aprender a reconhecer e respeitar as diferenças existentes na sociedade.

Um conhecimento sobre o multiculturalismo, uma metodologia multicultural seguindo os objetivos declarados em leis são ações importantes na busca de uma sociedade pluralista, no entanto outro fator é fundamental, o programa de formação continuada oferecido pelas escolas seguindo este viés, uma vez que recaem às instituições de ensino a transmissão de conhecimentos e conteúdos, por isso uma constante atualização de informações aos professores e funcionários é necessário na concretização de objetivos propostos, neste sentido dando sequência aos questionamentos: *Questão 5: Com relação aos programas de formações continuadas, já foi trabalhado algo sobre o multiculturalismo nessa mesma perspectiva em algum desses encontros?*

Nessa perspectiva mesmo não, mas em projetos a gente trabalha e outros métodos também. **(P1).**

Nas formações ainda não, a gente não trabalhou esse tema, mas a gente trabalha sobre projetos. **(P2).**

Não, especificamente não. **(P3).**

Sabe-se que a realização de formações continuadas por parte das instituições de ensino com os professores é fundamental para o desenvolvimento deste profissional em sala de aula, pois a partir desses programas de formações os professores em conjunto com os coordenadores buscam novas metodologias e práticas pedagógicas, visando o ensino-aprendizagem de seus alunos. Numa perspectiva multicultural voltado para a questão étnico-racial, tais encontros realizados deveriam permitir aos professores o acesso a conteúdos teóricos para que os mesmos possam adquirir um embasamento para elaboração de suas práticas pedagógicas trabalhando assim a diversidade existente em sala de aula. Esse acesso a livros, artigos que abordem a história e as contribuições dos negros, assim como o conhecimento das Leis, é fundamental para que o professor possa identificar possíveis conteúdos ocultos nos materiais didáticos e assim possa refletir e buscar inovações para que se desvincule essa ideia de dominação e ao mesmo tempo aprenda a lidar com a pluralidade existente em sala de aula. Segundo Pereira, (2004) os encontros de formação continuada são cruciais no trabalho com os professores devendo este não ficar restrito apenas a ensino da teoria, mas possibilitar o acesso a ações práticas como na elaboração de projetos curriculares.

Nesse sentido temos Canen; Pereli, (2011) que diz: essa formação oferecida pelas escolas deve possibilitar que o professor identifique em sua sala de aula, em materiais didáticos, e até mesmo no currículo conteúdos que prevaleça um estereótipo, decodificando possíveis ações discriminatórias. As atitudes dos professores em sala de aula influenciam de forma direta o comportamento de seus alunos por isso o mesmo deve estar atento as suas ações no qual trata o aluno negro com um caráter paternalista, como afirma Itani (1998): evidencia uma situação de inferioridade aos demais mesmo que seja de forma inconsciente, todas essas informações devem ou pelos menos deveriam ser passadas nos encontros de formação.

No entanto, com base nas respostas, verifica-se que o desenvolvimento de formações continuadas que trabalhem o multiculturalismo deixa a desejar, pois como descrito nas respostas acima, todas as entrevistadas afirmaram que em nenhum momento se teve um trabalho voltado especificamente para o estudo da temática abordada, o que pode justificar a falta de um conhecimento mais aprimorado do termo e das leis como pode ser observado nas respostas das perguntas anteriores.

4.1.1 Na pesquisa com a coordenadora pedagógica.

Neste tópico será apresentada a análise dos dados com base nas respostas obtidas por meio da entrevista semiestruturada realizada com a coordenadora pedagógica da instituição escolhida.

Quadro 2: Dados pessoais e profissionais da Coordenadora Pedagógica.

Sujeito	Idade	Formação Acadêmica	Instituição que se formou	Temp. de serviço na Ed. Como Coordenadora	Temp. de serviço na Ed. Infantil.
C1	*	Pedagogia-Especialização	Privada	4 anos	3 anos na Ed. Infantil, Fundamental I e II, jovens e adultos

Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Podemos observar nos dados “Apêndice B”, descritos no quadro acima que a atual coordenadora da instituição possui apenas 04 anos de exercício no cargo e somente 3 anos na área de Educação Infantil, contudo a mesma se pôs desde o primeiro momento a disposição para a entrevista, não colocando nenhuma barreira para a realização da mesma, conversando inclusive com as professoras para que as mesma aceitassem participar da pesquisa, uma vez que como se trata de uma entrevista gravada, muitos acabam tendo receio em colaborar.

Nesse sentido as respostas apresentadas abaixo seguem fielmente a fala da coordenadora durante a entrevista, onde foi realizado 04 questões abertas, que assim como as aplicadas com as professoras fazem referência as sessões trabalhadas no corpo deste estudo.

Desta forma foram feitos os seguintes questionamento: *Questão 1: O que você entende por Multiculturalismo?*

O que eu entendo é o que a gente falou, é uma mistura de culturas né, o meu entendimento é esse, é mais ou menos, não chega a ser muito da crítica não nem da política, uma coisa muito mais fechada, que eu entendo né, por enquanto. (C1).

Assim como as professoras P1, P2 e P3, a coordenadora pedagógica ao qual foi atribuída a nomenclatura C1 para manter a sua identidade, também descreveu o termo multiculturalismo como uma mistura de raças e quando questionada da definição numa visão mais crítica e política a mesma não soube responder, apenas afirmando que não se tratava de nenhuma dessas formas, e com isso, ficou constatado que a mesma não tem um conhecimento teórico da temática.

Questão 2: De que maneira o currículo da instituição trabalha o Multiculturalismo voltado para a questão étnico-racial?

Nós trabalhamos com a interdisciplinaridade, as atividades vão envolvendo né, envolve tudo, vários projetos que direciona em cultura e na, como que é étnico-racial. Durante quase todos os projetos desenvolvidos, atividades dentro dessa interdisciplinaridade é trabalhado o comportamento, o cuidado, as boas maneiras, o trânsito é tudo coisas que envolvem a cultura né. não é focada só num dia, a educação infantil agora não tá mais direcionada a umas atividades soltas tipo antes é dia do índio, dia de num sei o que, ela não tá mais direcionada a isso, ela tá direcionada a trabalhar não mais com o dia mas num todo. (C1).

Mesmo citando na pergunta um trabalho voltado para a questão étnico-racial, em nenhum momento a C1 descreve algum tipo de atividade realizada, seja pelos professores com os alunos, ou nos programas de formações continuadas direcionada para a problemática investigada, atribuindo sua resposta a definição de cultura em geral. E apesar de mencionar o trabalho com interdisciplinaridade, a partir de sua fala, tem-se a impressão de que o trabalho realizado na escola está mais voltado a outras temáticas e quando possível inclui-se o tema multiculturalismo, pois a mesma não soube descrever algum projeto elaborado ou que já tivesse sido aplicado na instituição, e numa visão mais política direcionada para a construção e estrutura do currículo propriamente dito também não se faz nenhuma referência.

Questão 3: *Conhece alguma lei que ampara o ensino da história da Cultura Africana em sala de aula? Ou que respalda o aluno negro em caso de discriminação? Quais?*

Ai eu conheço mais eu não recordo agora no momento, tem leis sim, por que a gente vê no decorrer, mas eu não consigo assim no momento te falar, eu não sei te falar. (C1).

Apesar de afirmar que conhece leis que asseguram o ensino da Cultura Africana em sala de aula a mesma não soube citar nenhuma, inclusive, assim como as professoras também anotou a Lei 10.639/03 para que se pudesse fazer uma pesquisa.

Questão 4: *De que forma o Multiculturalismo é trabalhado no programa de formação de professores?*

Nós temos uma vez por mês a formação continuada, até então é nessa parte, o coordenador vai lá estuda e tem a formação e traz pro professor na escola, aí dentro da formação são trabalhadas essas atividades também né, não direcionado nem focado em um ponto. (C1).

Podemos observar que a resposta dada pela coordenadora não responde a pergunta feita pela pesquisadora, uma vez que a mesma descreve brevemente como é realizada a formação, e mais uma vez deixa claro que não existe um trabalho direcionado e focado para o multiculturalismo na perspectiva étnico-racial, contrariando o direito de acesso ao conteúdo da história da Cultura Africana assegurado em leis.

4.1.2 Na Pesquisa com a diretora.

Por último, neste tópico será apresentado às respostas dadas pela diretora da instituição ao mesmo questionamento realizado com a coordenadora pedagógica podendo assim estabelecer uma comparação entre as respostas fornecidas por ambas.

Quadro 3: Dados pessoais e profissionais da Diretora:

Sujeito	Idade	Formação Acadêmica	Instituição que se formou	Temp. de serviço na Ed. Como Diretora	Temp. de serviço na Ed. Infantil.
D1	49	Pedagogia e Especialização em Gestão Escolar e mídias na Educação	Privada Presencial	9 anos	25 anos

Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Através dos dados obtidos pelo questionário “Apêndice C”, podemos observar que a diretora entrevistada possui formação em pedagogia e especialização em gestão escolar e mídias da educação, possui um tempo considerável de atuação no cargo de gestora assim como um longo período de atuação na área da Educação Infantil.

Seguindo o mesmo critério de questionamento utilizado com as demais entrevistadas fez-se as seguintes indagações: Questão 1: *O que você entende por Multiculturalismo?*

Então Multiculturalismo é a, eu acho assim, eu entendo que é a cultura, então a gente trabalha isso aqui na escola né, que é as raças, culturas das raças, que a gente trabalha aqui na escola com projetos com as crianças, então assim e hoje nesse mundo atual que nós estamos então a gente tem que conviver muito com isso e tem que informar o que tá passando para as crianças. Para mim seria a junção de raças. (D1).

Como relatado acima, a D1 descreve o termo apenas como trabalho voltado para a cultura e junção das raças, se igualando as respostas das demais entrevistadas. Como através das pesquisas realizadas ficou comprovado que existem variadas definições para o termo multiculturalismo de acordo com a visão de diferentes autores, conclui-se que não existe dentro da instituição pesquisada um estudo mais sistematizado para a temática investigada.

Questão 2: *De que maneira o currículo da instituição trabalha o Multiculturalismo voltado para a questão étnico-racial?*

A gente trabalha conforme nós temos o nosso PPP, o currículo da escola, e também a LDB que nós temos que fala muito sobre isto e o Estatuto da Criança e do Adolescente que são o que a gente trabalha que está inserido no nosso currículo pra gente trabalhar, e nosso planejamento anual que ele já é feito junto com os professores e já entra esse eixo pra gente trabalhar com as crianças. (D1).

Mesmo citando o PPP, o currículo e a LBD, a resposta dada deixa a desejar uma vez que apenas menciona o trabalho voltado nesta perspectiva, sem uma maior descrição, nem exemplos de práticas, conteúdos, medidas de intervenção realizadas ou inclusas no currículo, transmitindo apenas uma ideia superficial de como seria realizado este trabalho.

Questão 3: *Conhece alguma lei que ampara o ensino da história da Cultura Africana em sala de aula? Ou que respalda o aluno negro em caso de discriminação? Quais?*

Eu acho que a maior é a nossa Constituição Federal que nós temos a LDB, que a gente trabalha o que tem e o forte nosso também o Estatuto da Criança e do Adolescente. (D1).

Aproveitei para perguntar se a mesma já tinha ouvido falar na Lei 10.639 que torna obrigatório o ensino da Cultura Africana? Obtendo a seguinte resposta: Sim, a gente conhece, tanto é que está no nosso currículo. **(D1)**.

Quando questionada sobre o conhecimento de alguma Lei que ampara o Ensino da Cultura Africana em sala de aula ao contrário das demais entrevistadas a D1 soube mencionar a Constituição Federal, a LDB e o Estatuto da criança e do Adolescente, que como vimos no decorrer deste estudo possui em sua estrutura artigos que abordam a questão étnico-racial, assegurando o direito de igualdade, ressaltando o aluno de qualquer tipo de discriminação e garantindo o direito ao acesso a conteúdos que façam referência a história dos negros. Aproveitando a deixa perguntei se a mesma já ouviu falar na Lei 10.639/03, e apesar da resposta afirmativa não tive uma descrição detalhada, sendo que logo em seguida afirmou que esta lei está inclusa no currículo da instituição. Se fizermos uma comparação com as respostas das professoras P1, P2, P3 e da coordenadora C1, podemos identificar certa contradição, pois quando questionadas sobre o conhecimento de algumas Leis, ambas responderam “não”, o que me proporcionou o seguinte questionamento “como uma Lei que está inclusa no currículo da escola não é de conhecimento dos profissionais que ali trabalham? Esse ponto pode ser considerado como uma falha no programa de formação de professores podendo concluir-se que nem todas as informações estão sendo trabalhadas nesses encontros que como a C1, relatou ocorre apenas uma vez por mês, uma vez que a D1 afirmou que a Lei 10.639/03 está introduzida no currículo.

Questão 4: De que forma o Multiculturalismo é trabalhado no programa de formação de professores?

Através dos projetos, nós elaboramos os projetos e é trabalhado e também através dos projetos e o planejamento semanal, por que esse daí é um trabalho que a gente faz não só nas datas comemorativas, mas sim no processo durante o ano é trabalhado diariamente. **(D1)**.

Apesar de afirmar que existe um trabalho e que o mesmo não ocorre apenas em datas comemorativas assim como as demais entrevistas a D1 não soube descrever como o multiculturalismo é trabalhado no programa de formação de professores, enfatizando apenas a elaboração de projetos por parte da instituição que são desenvolvidos por todos nos encontros de planejamento, mas sem especificar nenhum deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada e tendo como fonte, os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo que teve como objetivo geral analisar em que medida esta sendo trabalhado o termo multiculturalismo na perspectiva da inclusão étnico-racial em uma escola de educação infantil no município de Ariquemes-RO, obtiveram-se as seguintes conclusões.

No que se refere ao contexto histórico das preposições sobre multiculturalismo, das ideologias predominantes no currículo, dos marcos legais e da formação dos professores, eixos esses voltados numa perspectiva multicultural e apresentado nas sessões anteriores, pode-se concluir que apesar de multiculturalismo nos remeter ao simples estudo da junção de diferentes culturas num determinado espaço, levando em consideração suas tradições, costumes e origem, sua real definição vai muito além de uma simples mistura de etnias, sendo o multiculturalismo tratado de variadas formas por estudiosos diferentes, podendo este ser considerado como uma educação antirracista, um movimento social e de uma forma mais crítica e política, caracterizado como multiculturalismo crítico e na qual o presente estudo se baseia.

No que diz respeito ao currículo, instrumento fundamental no trabalho de toda uma gestão escolar e em especial dos educadores, pois a eles recaem a missão de transmitir aos alunos os conteúdos inseridos neste documento, conclui-se que ainda nos dias atuais ocorre uma seleção dos conteúdos a serem administrados em sala de aula, que são os denominados currículos ocultos, numa perspectiva multicultural haveria que se trabalhar as grandes contribuições culturais trazidas e presentes em nossa sociedade pelos negros, além de sua história, lutas e conquistas, no entanto o que se pode observar é a prevalência de alguns conteúdos sobre outros, enquanto uns são estudados de forma maçante outros são simplesmente ignorados.

Mediante ao estudo realizado voltado para os marcos legais, fica evidente que existe sim leis que tornam obrigatório o ensino da história e da cultura africana em sala de aula durante o ano letivo, como é o caso da Lei 10.639/03, que estabelece que este conteúdo deva estar inserido no currículo da instituição de uma forma que apresente aos alunos toda a trajetória dos negros, seus principais representantes e sua grande herança cultural, permitindo aos mesmos uma identificação com o que esta sendo estudado, sabendo que a mesma Lei ainda torna obrigatório a inclusão no calendário do dia 20 de novembro, o referente assunto ainda esta incluso em documento como a Constituição Federal, ECA, nos PCNs e em resoluções que assim como a Lei acima citada abordam a temática investigada.

Sabemos que no período de escolarização o professor é a chave do processo ensino-aprendizagem de seu aluno, sendo que este pode por meio de sua metodologia extinguir ou reproduzir a desigualdade em sala de aula, neste contexto a escola tem a obrigação de fornecer aos seus profissionais programas de formações continuadas onde os educadores tenham acesso a conteúdos, sejam por meio de livros, artigos ou visitas a ONGs que lhe permitam um aprimoramento de conhecimentos sobre a história dos negros a ser ministrada em sala de aula na busca de uma sociedade menos discriminatória.

Diante da teoria adquirida, procurou-se comprovar sua existência na prática através de uma entrevista com 03 professoras, 01 coordenadora e 01 diretora, ambas de uma escola de educação infantil localizada no município de Ariquemes-RO, sendo que com base nas respostas oferecidas pelas entrevistadas chegou-se a conclusão de que o multiculturalismo é de conhecimento superficial e que apesar de afirmarem que a temática está inclusa e é trabalhada em sala de aula, em momento algum souberam descrever de que forma isto acontece e quando questionadas sobre o conhecimento de alguma Lei sobre o ensino da cultura africana em sala de aula, todas as entrevistadas com exceção da diretora afirmaram não ter nenhum conhecimento, fato que pode ser justificado pela resposta dada a questão seguinte, que fazia referência ao trabalho tido com o tema no programa de formação de professores, onde mais uma vez, apesar de falarem que é trabalhado através de projetos, tem-se ao mesmo tempo afirmações que nunca foi trabalhado de uma forma direcionada e específica ao multiculturalismo.

Ao concluirmos este estudo, comprovou-se que o trabalho com o multiculturalismo numa perspectiva ético-racial mesmo que estabelecido em Lei ainda deixa muito a desejar, sendo que a temática investigada e suas atribuições não são de conhecimento de todos.

REFERÊNCIAS

APLLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. Porto Alegre: Artamed, 2006.

AQUINO, J. G. **Diferenças e preconceitos na escola**: alternativas teóricas e práticas. (Org). 4. ed. São Paulo: Summus, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html. Acesso em: 5 abril 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em: 5 de abril 2016.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.sinprosp.org.br/arquivos/afro/diretrizes_relacoes_etnico-raciais.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2016.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&Itemid=30192>. Acesso em: 28 de março de 2016.

BRASIL. Educação anti-racista: **caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=658-vol2antirac-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 9 fev. de 2017.

BRASIL. **História da Educação do Negro e outras histórias**/Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=649-vol6histneg-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 8 fev. de 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais, Ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

CANEN, A. PERELI, G. M. X. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfase, silêncios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, BH, v. 16, n. 48, set-dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a07>>. Acesso em: 6 de abril 2016.

CAVALLEIRO, E. In: **História da Educação do Negro e outras histórias** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=649-vol6histneg-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 8 fev. de 2017.

CRUZ, M.S. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, J. (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=649-vol6histneg-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 8 fev. de 2017.

GARCIA, R. L. **A formação da professora alfabetizadora: reflexões sobre a prática.** (Org). 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural da pós-modernidade.** 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. Disponível em: <<https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/10/hall-stuart-a-identidade-cultural-na-pos-modernidade.pdf>>. Acesso em: 10 fev. de 2017.

ITANI, A. Vivendo o preconceito em sala de aula. In: AQUINO, J. G. (Org). **Diferenças e preconceitos na escola alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1998. p. 119-135.

JACCOUD, L. THEODORO, M. Raça e educação: os limites das políticas universalistas. In: **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Brasília: BID, 2007. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americas.pdf>. Acesso em: 9 fev. de 2017.

LIBÂNEO, J. C. OLIVEIRA; J. F. TOSCHI, M. S. **Educação escolar políticas, estrutura e organização.** São Paulo- SP: Cortez, 2012.

MCLAREN, P. **Multiculturalismo Crítico.** São Paulo: Cortez, 1997.

MOREIRA, A. F. B. Currículo, cultura e formação de professores. **Revista Educar**, Curitiba, n. 17, p. 39-52, 2001. Disponível em: <http://www.educaremvista.ufpr.br/arquivos_17/barbosa_moreira.pdf>. Acesso em: 8 abril 2016.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa abordagem teórico-prática.** 15. ed. Campinas-SP: Papirus, 2009.

PAGEL, R; GROFF, P. V. **Multiculturalismo: direitos das minorias na era da globalização.** USCS, Rio Grande do Sul, n. 16, 2009. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_direito/article/viewFile/862/717>. Acesso em: 21 mar. de 2016.

PEREIRA, A. **Educação Multicultural: teorias e práticas.** Portugal: ASA Editores, S.A, 2004.

PINTO, R.P. Movimento negro e educação do negro: a ênfase na identidade. **Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n.86, p. 25-38, ago. 1993.

SANTOS, S. A. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. (Org.). Ministério da educação, UNESCO. Brasília: BID, 2007. Disponível em:<http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_a_mericas.pdf>. Acesso em: 9 fev. de 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, H.; APARECIDA, M.S.B. PEREIRA, S.C. Ministério da educação, **Educação Infantil e Práticas Promotoras da Igualdade racial**: São Paulo, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11284-revistadeeducacaoinfantil-2012&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 28 mar. 2016.

SILVA, T.T. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte - MG: Autêntica LTDA, 2010.

IBGE. **Igualdade racial, políticas sociais**: acompanhamento e análise. 2010. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_20_cap08.pdf>. Acesso em: 19 mar. de 2016.

SILVÉRIO, R. V. Ações afirmativas e diversidade étnico-racial. In: **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: BID, 2007. Disponível em:<http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_a_mericas.pdf>. Acesso em: 9 fev. de 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE “A”

QUESTIONÁRIO PARA AS PROFESSORAS

Questionário referente aos dados pessoais e profissionais da Rede Municipal de Ensino de Ariquemes-RO para a composição da pesquisa de campo do trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR): **Multiculturalismo na Perspectiva da Inclusão Étnico-Racial.**

1 DADOS PESSOAIS

1.1 Sexo: Masculino () Feminino ()

1.2 Idade:

2 DADOS PROFISSIONAIS

2.1 Formação Acadêmica:_____.

2.2 Instituição em que se formou (Pública, Privada, Presencial, EAD e outras).
_____.

2.3 Tempo de serviço na Educação como professor: _____.

2.4 Tempo de serviço na Educação Infantil: _____.
Outras Citar:

2.5 Modalidade que atua atualmente:_____.

Ariquemes-RO, _____ de _____ de _____.

APÊNDICE “B”

QUESTIONÁRIO PARA COORDENADORA PEDAGÓGICA

Questionário referente aos dados pessoais e profissionais da Rede Municipal de Ensino de Ariquemes-RO para a composição da pesquisa de campo do trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR): **Multiculturalismo na Perspectiva da Inclusão Étnico-Racial.**

2 DADOS PESSOAIS

1.1 Sexo: Masculino () Feminino ()

1.2 Idade:

2 DADOS PROFISSIONAIS

2.1 Formação Acadêmica:_____

2.2 Instituição em que se formou (Pública, Privada, Presencial, EAD e outras).

_____.

2.3 Tempo de serviço na Educação como coordenadora pedagógica: _____.

2.4 Tempo de serviço na Educação Infantil: _____.

Outras Citar:

Ariquemes-RO, _____ de _____ de _____.

APÊNDICE “C”

QUESTIONÁRIO PARA DIRETORA

Questionário referente aos dados pessoais e profissionais da Rede Municipal de Ensino de Ariquemes-RO para a composição da pesquisa de campo do trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR): **Multiculturalismo na Perspectiva da Inclusão Étnico-Racial.**

3 DADOS PESSOAIS

1.1 Sexo: Masculino () Feminino ()

1.2 Idade:

2 DADOS PROFISSIONAIS

2.1 Formação Acadêmica:_____.

2.2 Instituição em que se formou (Pública, Privada, Presencial, EAD e outras).

_____.

2.3 Tempo de serviço na Educação como gestora: _____.

2.4 Tempo de serviço na Educação Infantil: _____.

Outras Citar:

Ariquemes-RO, _____ de _____ de _____.

APÊNDICE “D”

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA GRAVADA

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar da pesquisa de campo referente ao trabalho de conclusão de curso cujo tem como temática: Multiculturalismo: na perspectiva da inclusão étnico-racial, desenvolvido pela acadêmica de pedagogia da Universidade Federal de Rondônia, Bárbara Brenda de Oliveira Nishigawa, sob a orientação da Profª. M.e Márcia Ângelo Patrícia Marroco.

Afirmo que aceitei participar de livre e espontânea vontade sem qualquer incentivo financeiro, sendo a finalidade destinada apenas à contribuição na realização da pesquisa.

Minha colaboração acontecerá de forma anônima, mantida no mais rigoroso sigilo, sendo omitidas quaisquer informações que permitam identificação.

A participação se dará por meio de uma entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização, levando em consideração uma maior contribuição nos objetivos propostos pela pesquisa, e tendo plena liberdade de desistir a qualquer momento sem nenhum prejuízo.

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de autorização.

Ariquemes-RO, _____ de _____ de _____.

Eu _____, portador (a) do RG _____ e
CPF: _____, concordo e autorizo a gravação desta entrevista.

Assinatura do participante.

Assinatura do pesquisador.